

# Da invisibilidade ao protagonismo: as mulheres da comunidade

Vila Nova, Dormentes-PE

---

Gustavo Jonnas Simões de Morais Bezerra<sup>1</sup>  
Jorge Luiz Schirmer de Mattos<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Especialista em Convivência com o Semiárido na Perspectiva da Segurança e Soberania Alimentar e da Agroecologia. Extensionista do Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA. E-mail: gustavo.jonnas@ipa.br.

<sup>2</sup> Docente da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Doutor em Zootecnia. Coordenador do Núcleo de Agroecologia e Campesinato. E-mail: js-mattos@hotmail.com.

## AGRADECIMENTOS

Ao NAC da UFRPE, ao CNPq/MCT/INSA (EDITAL 35/2010) e à SARA/PE, por intermédio da SEAF e do IPA.

## RESUMO

As desigualdades de gênero contribuem para a divisão sexual do trabalho, na qual o trabalho com maior visibilidade e importância para a sociedade é aquele desenvolvido pelos homens. O objetivo desse artigo consistiu em analisar as relações, na perspectiva de gênero, estabelecidas antes e depois da implementação da horta orgânica comunitária concebida por um grupo de mulheres de Vila Nova, Dormentes-PE. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo e quantitativo, cujo procedimento metodológico foi o estudo de caso. Inicialmente, as mulheres participaram de uma sistematização da experiência, através de oficinas e ferramentas participativas. Ainda foram realizadas visitas, reuniões e entrevistas. Apesar do acúmulo de atribuições, que se estendem para o quintal da casa, à roça, aos cuidados com os animais e mais recentemente, à horta orgânica e à associação, as mulheres ganharam autoconfiança, informação, poder de voz e de ação, com influência na comunidade e na região.

**Palavras-chave:** Relações de gênero; Divisão sexual do trabalho; Empoderamento; Agroecologia.

## From invisibility to the role: The women of the Vila Nova Community, Dormentes-PE

## ABSTRACT

The gender inequalities contribute to a sexual division of labor, in which the work with greater visibility and importance to society is the one developed by men. The aim of this work was to analyze the gender relations established before and after implementation of the community organic garden designed by women's group from Vila Nova, municipality of Dormentes-PE. For that, a qualitative and quantitative research was carried out, whose methodological procedure adopted was the case study. Initially, the group of women participated in the systematization of experience, whose dynamic process occurred through workshops and participatory tools. Beside, were realized visits, meetings and interviews. Despite the accumulation of assignment, whose activities are not restricted to the domestic sphere, for extending to the backyard, to the farm, to care for the animals and more recently, for the organic garden and to the association, women gained confidence, information, power of voice and action, with influence in the commu-

nity and the region.

**Keywords:** Gender relations; Sexual division of labor; Empowerment; Agroecology.

## INTRODUÇÃO

O termo gênero é entendido, muitas vezes, como sinônimo de “mulher”. Segundo Scott (1991), essa confusão ocorre provavelmente porque durante alguns anos, livros e artigos que tratavam de “mulheres”, substituíram esse termo por “gênero”, a fim de obterem uma conotação mais objetiva e neutra nessas publicações. Não obstante, mais recentemente “o conceito de gênero é usado tanto para distinguir e descrever as categorias mulher e homem, quanto para examinar as relações estabelecidas entre elas e eles” (CARLOTO, 2001, p. 211). Gênero designa as relações sociais e históricas entre os sexos, além de indicar uma “construção social” (SCOTT, 1991). Trata-se da criação inteiramente social dos chamados papéis sociais próprios ou naturais dos homens e das mulheres. O miniaurélio (minidicionário da língua portuguesa) traz, dentre outros significados, que gênero é “a forma como se manifesta, social e culturalmente, a identidade sexual dos indivíduos” (FERREIRA, 2001, p. 345). Para Santos e Buarque (2002, p. 31), gênero se constitui em um “conjunto de atributos construídos pela cultura para designar os papéis que devem desempenhar homens e mulheres em cada sociedade [...] e não algo estático dado pela natureza à humanidade”. Logo, “a construção dos gêneros se dá através da dinâmica das relações sociais, [já que] os seres humanos só se constroem como tal em relação com os outros” (CARLOTO, 2001, p. 202). Esse ponto de vista se contrapõe e supera o que diz a ideologia naturalista, que rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie e legitima a divisão sexual do trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2007). A compreensão de que as desigualdades de gênero são construídas pela sociedade e não advém da natureza, permite às mulheres reconhecerem que essa cultura dominante pode ser transformada.

A concepção de gênero pode ser considerada sob três aspectos: enquanto relações sociais construtivas da sociedade; como categoria de análise, referindo-se a um novo esquema de interpretação e explicação dos fenômenos sociais; e como identidade subjetiva, aprendida no processo de socialização de meninas e meninos a partir da classificação de masculino e feminino, sob um sistema de símbolos e significados (SCOTT, 1991).

O modelo de sociedade em que vivemos hoje é fortemente marcado pelo patriarcado, forma de organização social na qual as mulheres, os filhos e as filhas são subordinados(as) ao homem mais velho da família (NARVAZ; KOLLER, 2006a). Segundo Pacheco (1997), “os estudos etnográficos mostram também que o status social das mulheres na representação que é feita pelos homens, e também na representação das próprias mulheres, reflete a subordinação da mulher”. Em geral, os responsáveis pelas atividades produtivas aparecem sendo os homens, ao passo que as mulheres/esposas aparecem apenas como “ajudantes”, por mais que seja delas boa parte das responsabilidades. As atividades destinadas às mulheres compreendem os cuidados com a casa, os filhos, o marido e outras consideradas extensões da casa (as hortas, a criação de pequenos animais, etc.). Essas atividades correspondem ao trabalho reprodutivo, responsável pela reprodução da vida, invisível para a sociedade. E que parece só ter algum “valor” quando deixam de ser feitas. Aos homens cabe o provimento da família e as atividades produtivas, com maior destaque na sociedade. De acordo com Siliprandi (2009), as mulheres são reconhecidas,

O modelo de sociedade em que vivemos hoje é fortemente marcado pelo patriarcado, forma de organização social na qual as mulheres, os filhos e as filhas são subordinados(as) ao homem mais velho da família (NARVAZ; KOLLER, 2006a). Segundo Pacheco (1997), “os estudos etnográficos mostram também que o status social das mulheres na representação que é feita pelos homens, e também na representação das próprias mulheres, reflete a subordinação da mulher”. Em geral, os responsáveis pelas atividades produtivas aparecem sendo os homens, ao passo que as mulheres/esposas aparecem apenas como “ajudantes”, por mais que seja delas boa parte das responsabilidades. As atividades destinadas às mulheres compreendem os cuidados com a casa, os filhos, o marido e outras consideradas extensões da casa (as hortas, a criação de pequenos animais, etc.). Essas atividades correspondem ao trabalho reprodutivo, responsável pela reprodução da vida, invisível para a sociedade. E que parece só ter algum “valor” quando deixam de ser feitas. Aos homens cabe o provimento da família e as atividades produtivas, com maior destaque na sociedade. De acordo com Siliprandi (2009), as mulheres são reconhecidas, com status inferior, nas atividades consideradas extensão do seu papel de esposa e mãe. A autora ainda menciona que, “a invisibilidade do trabalho das mulheres na agricultura familiar está vinculada às formas como se organiza a divisão sexual do trabalho e de poder nessa forma de produção, em que a chefia familiar e da unidade produtiva é socialmente outorgada ao homem” (SILIPRANDI, 2009, p. 143). Nobre et al. (2008) concordam com essa afirmação e ainda acrescentam que, ao longo da história, essa forma de organização do trabalho contribuiu também para a exclusão das mulheres dos processos de capacitação, no acesso à terra, à assistência técnica, ao domínio de tecnologias e, sobretudo, à participação na divisão dos bens gerados pela produção. Para Carloto (2001, p. 205), “a subordinação de gênero, a assimetria nas relações de trabalho masculinas e femininas se manifesta não apenas na divisão de tarefas, mas nos critérios que definem a qualificação das tarefas, nos salários, na disciplina do trabalho”. Hirata e Kergoat (2007, p. 599) conceituam a divisão sexual do trabalho como:

“a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. [...] Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)”.

Apesar do conhecimento do problema muitas iniciativas de combate às desigualdades de gênero ainda contribuem para a manutenção da divisão sexual do trabalho. Isso é perceptível até mesmo nas instituições que trabalham com metodologias participativas e a Agroecologia, quando da formulação de propostas de atividades para as mulheres, que se restringem ao âmbito doméstico, como a produção e o beneficiamento de alimentos para o consumo familiar e o cultivo de plantas medicinais voltadas para os cuidados de enfermidades na família (NOBRE et al., 2008). Essas tentativas acabam enfatizando a divisão sexual do trabalho e subjetivamente afirmando, para as mulheres, que o lugar que lhes cabe deve ser restrito ao espaço privado.

Quando falamos de relações de gênero, estamos falando de poder, já que, as relações assimétricas existentes entre o masculino e o feminino mantêm a mulher subjugada ao homem, ou seja, o homem se apresenta com poderes com e em relação às mulheres

(COSTA, [200-]). A autora ainda afirma que “[...] o poder opera em todos os níveis da sociedade, desde as relações interpessoais até o nível estatal” (COSTA, [200-], p. 2). Horochovski e Meirelles (2007, p. 486) mencionam que

“a definição de empoderamento é próxima da noção de autonomia, pois se refere à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, escolher, enfim entre cursos de ação alternativos em múltiplas esferas – política, econômica, cultural, psicológica, entre outras. [...] Pode-se, então, pensar o empoderamento como resultante de processos políticos no âmbito dos indivíduos e grupos.”

Para Costa ([200-], p. 7), o empoderamento “é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir”. Horochovski e Meirelles (2007, p. 486) conceituam o “empoderar” como “o processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão”.

Em relação ao empoderamento das mulheres, Macedo Filho e Regino ([200-], p. 2) mencionam que “deriva de uma reformulação e desconstrução dos atuais esquemas políticos e sociais, através da participação ativa em movimentos, conscientização na sociedade, atuação nas instâncias governamentais e também com a criação de organizações da sociedade civil (associações)”. Lisboa (2007, p. 642) concorda com essa ideia e acrescenta que “as mulheres que trabalham com outras mulheres em cooperativas de produção, movimentos políticos ou grupos de apoio mútuo – podem alcançar muito mais resultados do que uma mulher trabalhando só”. A autora ainda afirma que “redes e organizações [...] tendem a reforçar o processo de empoderamento social, psicológico e político das mulheres” (LISBOA, 2007, p. 642-643), tendo em vista a multidimensionalidade do conceito de empoderamento. Costa ([200-], p. 7), vai além e afirma que “as mulheres tornam-se empoderadas através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais”.

Na Comunidade Vila Nova, município de Dormentes-PE, no Sertão do São Francisco emergiu em 2002 uma experiência que vem se consolidando ao longo dos anos, cujo grupo protagonista se constitui exclusivamente de mulheres. Esse grupo desencadeou uma série de mudanças em suas relações a partir da concepção e implantação de uma horta orgânica comunitária. A gestão compartilhada da associação, a conscientização sobre a produção e o consumo de produtos sem agrotóxicos, a solidariedade e a reciprocidade estabelecidas entre elas, o reconhecimento pela comunidade local e a visibilidade adquirida na região, foram alguns dos pontos positivos alcançados a partir dessa experiência. Com isso, esse artigo teve como objetivo analisar as relações, na perspectiva de gênero, estabelecidas entre as mulheres do grupo e entre elas, os demais membros de suas famílias e a comunidade, antes e depois da implementação da horta orgânica comunitária de Vila Nova, Dormentes-PE.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente trabalho consistiu em uma pesquisa de caráter qualitativo e quantitativo, cujo procedimento metodológico adotado foi o estudo de caso. Entrevistas semies-

truturadas e análises de documentos foram utilizadas como técnicas para a realização desse estudo de caso. A partir dos dados coletados foi realizada uma análise crítica com a utilização de referencial de estudiosos da área. A coleta de dados aconteceu de forma participativa, através de entrevistas semiestruturadas, relatos pessoais, histórias de vida, rodas de conversa e observação das agricultoras durante as entrevistas.

O primeiro contato com o grupo de mulheres aconteceu por ocasião das oficinas de sistematização da experiência, em que atuamos como facilitadores. Assim, o presente trabalho representa um aprofundamento nas questões das relações de gênero levantadas durante o processo de sistematização.

A temática da sistematização de experiência versou sobre “o (re)conhecimento das mulheres a partir da horta orgânica comunitária na Comunidade Vila Nova, Dormentes-PE” (BARBOSA et al., 2012). De acordo com Eckert (2007) e Jara H. (2006), sistematização é uma prática da educação popular. Freire (2006) destaca a sistematização de experiências como atividade essencial para o avanço do conhecimento agroecológico através da integração de saberes. A autora ainda acrescenta que, “sendo um processo necessariamente coletivo, a sistematização contribui para a recuperação e a ordenação da memória da experiência vivenciada conjuntamente; para distinguir seus erros; para identificar suas potencialidades; e extrair ensinamentos inspiradores de futuras ações” (FREIRE, 2006, p. 04). Para Jara H. (2006, p. 24), “a sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo”. Eckert (2007) destaca alguns conceitos sobre a sistematização de experiências e através deles reforça a ideia da reflexão crítica presente no processo de sistematização. Essa autora mencionou ainda, como característica dessa metodologia, “[...] o fato de ser o próprio ator envolvido no processo o autor da sistematização, refletindo, portanto, sobre a sua própria prática” (ECKERT, 2007, p. 18). Jara H. (2001, p. 2) destaca que “o dilema está em não ficar apenas na reconstrução do que aconteceu, mas passar a realizar uma interpretação crítica”.

Em suma, a sistematização envolve um processo coletivo de resgate, memorização, discussão e reflexão sobre uma experiência vivida pelo grupo. A reflexão de “como foi?”, “o que se aprendeu?” e “como está sendo a experiência?” possibilita aos atores envolvidos (re)pensar suas práticas, fortalecer sua autoestima e sua caminhada e decidir sobre seu futuro.

A dinâmica do processo de sistematização em Vila Nova se deu através de oficinas e ferramentas participativas, envolvendo todos os atores da experiência e facilitando a participação em todas as reflexões e discussões do grupo. Daí sua ligação à pesquisa participante que é um “espaço de articulação, mobilização e transformação social, contribuindo, assim, para que o pesquisador também viva as rupturas necessárias, ao mesmo tempo em que o saber científico se constrói” (GUINDANI, 2008, p. 86). Esse autor ainda acrescenta que,

“mesmo entre essa multiplicação de nomes e conceitos como: pesquisa ativa, pesquisa-ação, pesquisa popular, pesquisa militante, investigação-ação, pesquisa denúncia, pesquisa ativa [sic], etc., é consenso entre os investigadores que um eixo comum entre essas diferentes modalidades é o de ultra-

passar os possíveis distanciamentos entre pesquisador-pesquisado, teoria-prática” (GUINDANI, 2008, p. 87).

Ao todo foram realizadas sete reuniões com um grupo de treze mulheres. Durante essas reuniões, várias ferramentas foram utilizadas, conforme Verdejo (2006): tempestade de ideias, a partir de uma situação hipotética, para definição do eixo da sistematização; linha do tempo, para o resgate histórico da experiência; diagrama de Venn, para entender as relações do grupo de mulheres com as parcerias; calendário sazonal, a fim de verificar as atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas pelas mulheres; e rotina diária, para compreender e problematizar a carga de trabalho diário das mulheres. Além dessas, foram utilizadas: correio comunitário<sup>3</sup>, com o intuito de entender as relações entre elas e com suas famílias, através de cartas escritas pelas mulheres; “tarefas de casa”, como o levantamento de fotografias e dados da comunidade e a verificação da rotina diária do companheiro e/ou filhos(as); rodas de conversa; e caderno de campo, para anotações durante essas conversas. Como forma de descontração, nos encontros foram promovidos momentos lúdicos, com dinâmicas, leituras de mensagens de textos e músicas.

Narvaz e Koller (2006b) mencionaram o estudo de caso, dentre outros, como exemplos de abordagens qualitativas utilizadas em pesquisas feministas. Alves-Mazzotti (2006, p. 650) chama a atenção para dificuldade muitas vezes em se caracterizar um estudo de caso, e destaca, com base em dois especialistas no assunto, que “o importante é que haja critérios explícitos para a seleção do caso e que este seja realmente um ‘caso’, isto é, uma situação complexa e/ou intrigante, cuja relevância justifique o esforço de compreensão”. Yin (2005, p. 32), conceitua o estudo de caso como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Para o desenvolvimento do artigo, além de recorrer ao resultado da sistematização (BARBOSA et al., 2012), já mencionado anteriormente, foram realizadas algumas visitas à Comunidade Vila Nova, para complementar as informações sobre a dimensão de gênero na experiência das mulheres, por meio de entrevistas semiestruturadas. Participaram das entrevistas, onze mulheres. Também foram estabelecidas analogias entre os relatos da sistematização, as entrevistas e a bibliografia sobre relações de gênero.

## DA INVISIBILIDADE AO PROTAGONISMO

Na Comunidade Vila Nova residem atualmente 55 famílias, perfazendo um total de 168 pessoas, sendo 86 do sexo masculino e 82, feminino. Na horta comunitária participam ativamente 13 mulheres. A comunidade surgiu por volta de 1992, quando após a construção de uma barragem em 1989, várias famílias de fazendas circunvizinhas foram se mudando para próximo da represa de água. No início reuniam-se em torno de 30 pessoas e numa das reuniões constataram a necessidade de se organizarem em associação. Em 1994 fundaram a Associação dos Pequenos Produtores de Vila Nova, com o apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco (EMATER-PE). Em 2002, representantes da associação participaram de uma excursão para o município de Simplício Mendes-PI. As impressões das experiências visitadas foram socializadas entre os sócios da associação. Um grupo de pessoas (a maioria mulheres) resolveu implantar uma horta orgânica comunitária. Para tanto, buscaram orientação técnica da Empresa de Abastecimento do Estado de Pernambuco (EBAPE). Além da EBAPE, firmaram parcerias com outras instituições, como a Prefeitura Municipal de Dormentes

<sup>3</sup> Ferramenta desenvolvida durante as oficinas, com o intuito de coletar informações sobre as relações das mulheres com os companheiros, os(as) filhos(as), as outras mulheres e a comunidade. Em uma das reuniões foi acordado que as participantes poderiam escrever cartas, destinadas aos facilitadores ou às suas companheiras de experiência, contando sobre sua convivência no âmbito familiar, no espaço da horta e com a comunidade. Essas cartas foram depositadas em uma caixa de papelão, simulando uma caixa dos Correios. Ao longo do período da sistematização, as mulheres foram escrevendo cartas e depositando-as na caixa. Cada mulher escreveu, a seu critério, um determinado número de cartas. Na etapa de análise da experiência, as cartas foram abertas e lidas, a fim de contribuir para a compreensão da experiência.

-PE e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Ao decorrer da experiência apenas as mulheres continuaram trabalhando na horta. O grupo persistente, composto só de mulheres, passou por vários obstáculos, desde a descrença da comunidade até a falta de água, quando o açude secou. Em um momento, a associação passou por dificuldades administrativas e financeiras, levando o grupo de mulheres a resolver os problemas e tomar a direção da associação. Esses entraves serviram para fortalecer a união e a confiança entre as mulheres e deu maior visibilidade ao grupo na comunidade e região. No ano de 2008, o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) adaptou um sistema de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) à horta. Desse ano até 2009, com auxílio do Núcleo de Educadores Populares do Sertão de Pernambuco (NEPS) e do STR, o grupo organizou uma feira mensal no espaço da associação. Eram comercializados desde as verduras da horta, ovos, frutas, doces, tapioca, bolos, até artesanatos de madeira (tampa de pote, etc.) e confecções (revenda). Participavam vendendo na feira, homens e mulheres. Além do comércio, a feira proporcionava integração e diversão. Ao final de cada feira, uma feirante comprava o produto da outra, para ninguém voltar com mercadoria para casa. Por conta de desentendimento sobre a venda de bebidas alcoólicas, a feira não aconteceu mais. Atualmente, o grupo está se articulando para revitalizar a feira na comunidade. Isso é um sonho compartilhado por todas as mulheres da horta. Em 2009, a associação foi contemplada com um projeto de comercialização via Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura / Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (CONTAG/BIRD), que estruturou as atividades da caprinovinocultura e da horta desenvolvidas pelos(as) sócios(as). Os benefícios constantes desse projeto foram: a construção de instalações para limpeza e embalagem de hortaliças (próxima à sede da associação), algumas barracas e toldos, a instalação de uma adutora que leva água direto para a horta, a aquisição de um conjunto moto-bomba elétrico para a captação de água da barragem, além de equipamentos para confinamento, fenação, silagem e produção de ração para ovinos e caprinos. No ano de 2010, a associação iniciou a participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fornecendo carne caprina e ovina para pessoas carentes da comunidade e de outras comunidades vizinhas. Em 2011, além do PAA, a associação comercializou, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), hortaliças (coentro, alface, cebolinha, pimentão, etc.), carnes caprina e ovina e galinha, fornecendo para escolas municipais.

Durante as oficinas da sistematização surgiram vários depoimentos que ajudaram a construir a memória da experiência com a horta orgânica comunitária. Mas, para além disso, alguns desses depoimentos explicitaram as diversas atividades desenvolvidas pelas mulheres e a subjacente divisão sexual do trabalho: “em geral, até hoje nossos companheiros ficam no roçado<sup>4</sup> e os trabalhos de casa fazem parte de nossa rotina, além de trabalharmos também no roçado [do plantio à colheita de milho e feijão], na ‘lida’ com as criações e na horta” (BARBOSA et al., 2012). Segundo Silva e Portella (2010, p. 127), “as mulheres não são invisíveis, elas são invisibilizadas pelos outros, ou seja, não são reconhecidas como sujeitos ativos dos processos produtivos”. Nesse entendimento, elas são consideradas “ajudantes” nas atividades produtivas, sendo responsabilizadas pelo trabalho reprodutivo, pouco valorizado pela sociedade. Na Comunidade Vila Nova, durante as entrevistas, a maioria das mulheres quando questionada se trabalhava, respondeu que “ajudava” na roça e nem sequer mencionou os trabalhos domésticos, evidenciando em certa medida, que as funções que desenvolvem não são valorizadas por elas próprias, a ponto de não considerarem um trabalho. Além dos afazeres domésticos (preparo dos alimentos, cuidados com a casa, os filhos, os idosos e os companheiros, etc.), elas costumam ocupar-se das tarefas no roçado, em várias fases dos cultivos, dos cuidados com os

<sup>4</sup> O roçado ou a roça caracteriza o espaço de produção constituído pela área de plantio de milho e feijão de sequeiro, o chiqueiro dos animais (caprinos e ovinos) e o cercado (também chamado de “manga”) para a criação extensiva desses animais. Nesse espaço existem também pequenas barragens de água, uma casa e em alguns casos, o “rancho”, uma espécie de coberta rudimentar próximo de uma árvore para descansos rápidos e refeições.

animais (não apenas os de pequeno porte), do cultivo na horta orgânica (durante todo o processo de produção de mudas até a comercialização), das reuniões da associação e de cursos de capacitações. Algumas mulheres ainda estudam à noite, outras desenvolvem atividades não-agrícolas (artesanato de crochê e revenda de confecções e bombons), além de manterem também no quintal de casa, um espaço de cultivo de plantas medicinais. A “rotina diária” revelou uma jornada de 14 horas de trabalho em média para as mulheres, já considerando uma pausa nas atividades de aproximadamente duas horas após o almoço, denominada por elas de “cochilo” ou “descanso”. Parece que essa sobrecarga de trabalho a que as mulheres vêm sendo submetidas é algo culturalmente “natural” e não perceptível, nem mesmo por elas, dado provavelmente a pouca valorização do trabalho reprodutivo, o qual envolve tarefas que não são notadas ou que só passam a ser notadas quando deixam de ser feitas. Não obstante, a experiência com a horta comunitária proporcionou uma série de fatos que contribuiu para o fortalecimento, união e visibilização dessas mulheres, pois o sucesso com a horta foi creditado a elas. E a experiência com a horta parece ter sido a grande alavanca para o processo de desenvolvimento da comunidade, conforme pode ser notado nos depoimentos: “a horta é o nosso cartão postal, através dela, vieram todas as outras conquistas” (Maria de Lourdes Sá Nunes). Outros depoimentos deram ênfase à melhoria da relação entre as próprias mulheres e delas com os demais integrantes do núcleo familiar, com a associação e a comunidade: “[a horta] melhorou a nossa alimentação e também a relação com as pessoas da nossa casa, além de ter fortalecido a nossa amizade e valorizado a associação, a comunidade e a nossa luta, que todos querem conhecer” (BARBOSA et al., 2012). O trabalho com a horta possibilitou às mulheres a reelaboração das relações na vida privada e nos espaços públicos, em patamares de reconhecimento e prestígio.

No início dos trabalhos com a horta, as pessoas da comunidade não acreditavam que a experiência pudesse dar certo, ainda mais uma horta orgânica no sertão onde a água é um fator limitante, mas as mulheres persistiram em seus objetivos, mesmo sem o apoio merecido. Situação semelhante viveram as mulheres do Sertão do Pajeú, que ficaram inseguras em levar adiante uma proposta de desenvolver um trabalho de auto-organização, pela falta de apoio da comunidade (NOBRE et al., 2008). Mas, para as mulheres da Comunidade Vila Nova, não era apenas a falta de apoio que as incomodava, como fica claro em um dos relatos: “algumas pessoas da comunidade não entendiam o nosso trabalho e ‘tampavam’ os canos para a água não chegar até a horta” (BARBOSA et al., 2012). Contudo, esses inconvenientes só serviram para fortalecer ainda mais a união entre as mulheres.

Em um determinado momento a associação da comunidade passou por sérias dificuldades administrativas e financeiras. Os homens preferiram não se envolver na resolução desses problemas. Mas, as mulheres se uniram, solucionaram os problemas e regularizaram novamente a situação da associação. Isso conferiu prestígio e fortaleceu ainda mais a autoestima e a aliança do grupo de mulheres. Esse episódio fez com que as mulheres assumissem, não só de fato, mas também de direito, a direção da associação. Essa tomada de decisão pelas mulheres resultou, provavelmente, da experiência adquirida com a horta, envolvendo um convívio diário, a divisão das tarefas, o respeito mútuo e o compromisso com o grupo. Isso propiciou um grau de organização e articulação política entre as mulheres, que associado ao fato de terem saído fortalecidas do episódio de desvio na associação com a superação da crise administrativa e financeira, que, diga-se de passagem, não foram elas que criaram, mas foram elas que resolveram, as credenciou do ponto de vista organizativo e político para ocuparem os cargos da direção da entidade.

Note-se que, até então, a associação, embora composta em sua maioria por mulheres, era sempre dirigida pelos homens. Atualmente, toda a diretoria é composta por mulheres. Só o conselho fiscal apresenta homens na sua composição, que segundo as agricultoras, não cumprem os seus papéis, que são realizados pelas mulheres. Por conseguinte, nas reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), a comunidade é representada pelas mulheres.

Nobre et al. (2008) destacaram a importância da participação das mulheres em grupos específicos que se constituem em espaços de formação, reconhecimento de direitos e cidadania, que tratam de temas como sexualidade, opressão, saúde, violência etc., que são determinantes na conquista da autonomia pelas mulheres. Isso está bem presente no grupo de mulheres de Vila Nova, conforme podemos sentir no depoimento de algumas delas quando se referem à experiência com a horta: “é um momento de trabalho, divertimento e saúde, e o mais importante é que nós conseguimos levar alimentos para as nossas famílias. E ainda, gera uma renda, um pouco baixa, mas nos ajuda” (Roselídia Nunes). Em outros depoimentos se percebe de forma muito clara que a horta se configurou num espaço de (com)vívio entre as mulheres e que toma uma dimensão que vai além de aspectos meramente produtivos ou de geração de renda. É um ambiente onde elas se sentem confortáveis e à vontade para conversar sobre o cotidiano e os seus problemas, trocar informações, rezar, cantar, dançar e receber capacitações<sup>5</sup>, etc. Isso era algo impossível antes da horta, devido ao isolamento das mulheres no âmbito doméstico e da roça, fato que pode ser confirmado com os relatos a seguir: “a ‘correria’ e a falta de tempo não deixava a gente se encontrar com as outras mulheres” (Maria José de Macedo); “o trabalho de casa não permitia que a gente se encontrasse” (Honorina Maria Barbosa); “as roças são distantes, a gente não conseguia se encontrar” (Roselídia Nunes); “antes trabalhávamos distantes, depois que implantamos a horta, trabalhamos todas juntas, conversando” (Valdeci Maria de Jesus Nunes); “éramos isoladas, só nos víamos às vezes à noite, depois da associação, nos reunimos todo mês e com a horta, a gente se vê todo dia” (Maria Joana Barbosa). Vários outros depoimentos retratam a importância para as mulheres do trabalho em grupo: “nós fizemos como as abelhas na colmeia, que se juntam e fazem o mel” (Maria de Lourdes Sá Nunes); “muita gente se admira da nossa união, mas, essa união foi conquistada aos poucos, desde o começo” (Maria da Silva); “o trabalho conjugal na família é difícil, pois cada um tem uma opinião e na horta é do mesmo jeito, mas, a gente sempre se combina” (Maria de Lourdes Sá Nunes).

<sup>5</sup> Em uma das visitas (26/10/2011), as mulheres estavam participando de uma capacitação na horta sobre produção orgânica de hortaliças.

A horta também se constituiu num espaço de troca de conhecimentos, como pode ser constatado na fala de algumas mulheres: “com a horta aumentou o trabalho, mas, a horta foi como uma escola, eu aprendi mais [...] depois da horta tivemos mais conhecimento, e as coisas só caminharam” (Maria de Lourdes Sá Nunes). Para Nobre et al. (2008, p. 30), “o conhecimento garante a segurança e autoestima, essenciais para o empoderamento das agricultoras”. O empoderamento, segundo Lisboa (2008, p. 2), “significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e às violações”. Contudo, é necessário entender que o empoderamento não ocorre da mesma forma com todas as mulheres. Ele acontece de acordo com o contexto local e com a posição que elas ocupam na família, na comunidade ou nas relações mais amplas. Assim, algumas mulheres conseguem estabelecer novas relações com os companheiros e/ou com os(as) filhos(as), enquanto outras encontram maiores dificuldades e resistências (CORDEIRO, 2010).

Em Vila Nova, mesmo sendo as mulheres em muitos aspectos protagonistas de suas histórias, ainda estão subordinadas e mantêm uma forte influência da cultura patriarcal. Isso ficou evidenciado por ocasião das entrevistas que envolveram aspectos relacionados ao papel da mulher e seu reconhecimento como sujeito. Nas respostas da maioria das mulheres, os afazeres domésticos não foram considerados trabalho. Outro aspecto importante é que para elas trabalho está relacionado àquilo que traz um retorno financeiro. Contudo, as tarefas com a horta, por exemplo, que são atividades de responsabilidade das mulheres e que geram alguma renda, também não aparecem nas respostas como sendo um trabalho. Isso ficou mais evidente quando se aprofundaram os questionamentos sobre o trabalho doméstico. Segundo as mulheres, os trabalhos domésticos são de responsabilidade feminina. Mas, concordaram que os homens também poderiam fazê-los. Conforme Carloto (2001, p. 204), essas concepções, internalizadas por mulheres e homens, refletem de certa maneira uma distribuição desigual de responsabilidades estabelecidas pela sociedade de forma alheia a vontade das pessoas.

Para a maioria das mulheres, existem “trabalhos de homem” que mulher não pode fazer. São aqueles considerados “trabalhos pesados”: usar o arado, consertar uma cerca, estender o arame farpado na construção de cercas, manusear determinadas ferramentas (machado e foice), cortar lenha, cavar buracos e serviços de pedreiro. Outras acham que as mulheres poderiam fazer os mesmos trabalhos dos homens, mas não há necessidade, pois tem os homens para fazê-los. Elas alegam que, por serem “pesados”, esses serviços poderiam prejudicar a saúde das mulheres. Todavia, algumas já realizaram várias dessas atividades: aração de terras, corte de lenha com machado, construção de cerca (esticando o arame farpado) e serviço de pedreiro para assentar uma janela em casa, entre outras.

O trabalho doméstico “ficou” para a mulher, segundo a fala de uma delas. A expressão “ficou” denota uma concepção de que foi algo dado pela natureza, de que é natural essa divisão do trabalho pelo sexo. “É dever de todas as donas de casa”, exclamou uma das agricultoras (Valdeci Maria de Jesus Nunes). E se ela não fizer ninguém faz. Logo, gostando ou não, elas sentem obrigação de fazer o trabalho de casa. Contudo, somente uma afirmou não gostar do trabalho doméstico, embora apenas três permaneceriam trabalhando nos afazeres da casa, se pudessem escolher entre essa e outras atividades. Segundo Carloto (2001), a diferença biológica entre homens e mulheres, durante a construção do ser mulher subalterno, se transforma em desigualdade social e assume uma aparência de naturalidade, ou seja, algo dado pela natureza, sendo dessa forma, inquestionável.

A importância das atividades domésticas para as mulheres está relacionada à sensação de bem-estar ao verem a casa limpa e arrumada, mas também, à preocupação de serem consideradas “preguiçosas e sujas” se não desempenharem bem a limpeza da casa. Silva e Benevenuto (2009) observaram que mulheres casadas de um assentamento no estado do Rio de Janeiro, mesmo não gostando das atividades domésticas mantinham a casa limpa e bonita. Isso representaria dedicação à família e aparentaria uma imagem de prosperidade.

Em Vila Nova, “o homem que trabalha na roça, não trabalha em casa”, segundo uma das camponesas (Honorina Maria Barbosa). Embora, os companheiros de algumas mulheres realizam algumas atividades domésticas em situações que elas não se encontram em casa. Os serviços de casa normalmente realizados pelos companheiros nessas

circunstâncias são: abastecimento da casa com água, corte de lenha, preparo da comida e fornecimento de água e comida às galinhas. Varrer a casa e lavar a louça são atividades que os companheiros não costumam fazer. Já os filhos, geralmente, fazem os serviços da casa. Todavia, mesmo com o trabalho na horta, o trabalho doméstico continuou sendo responsabilidade exclusiva das mulheres. E, em alguns casos, as mulheres foram alvo de reclamações dos companheiros pela ausência em casa ou atraso no horário das refeições em decorrência das atividades da horta. Isso foi vivenciado por boa parte das mulheres entrevistadas por não cumprirem, segundo os companheiros, as suas “obrigações” com o lar. Mas, há casos em que os companheiros nunca reclamaram, ao contrário, sempre as apoiaram e auxiliaram-nas em algumas atividades junto à horta, tais como a construção de canteiros e o recolhimento e transporte de esterco para ser utilizado na adubação das plantas. No caso dos filhos, a resistência no trabalho com a horta já é menor, pois alguns além de ajudarem as mães em certas tarefas, também cultivavam as suas próprias hortaliças.

Hirata e Kergoat (2007) propuseram dois modelos de análise sobre as relações entre as esferas doméstica e profissional: “tradicional” e “conciliador”. No primeiro, o papel doméstico e o papel na família são assumidos inteiramente pelas mulheres, ao passo que o papel de “provedor” é atribuído aos homens. No “modelo de conciliação”, cabe quase que exclusivamente às mulheres operar a conciliação entre vida familiar e vida profissional. Esse aspecto de “conciliadora” pode ser visto na experiência das mulheres de Vila Nova, conforme um dos relatos: “administramos nosso tempo cuidando da horta, da nossa casa, do nosso quintal e do roçado, sem esquecer a nossa família” (BARBOSA et al., 2012).

No momento em que se perguntou sobre a contribuição dos companheiros para a horta orgânica, uma das camponesas afirmou que aquele espaço era das mulheres. Os companheiros até poderiam “ajudar”, mas conscientes de que a horta se configurava como espaço feminino.

Em geral, a renda das famílias entrevistadas é proveniente da comercialização do milho e feijão de sequeiro, de animais e de hortaliças orgânicas. Os animais são vendidos ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Outras fontes de renda vêm do Programa Bolsa Família, aposentadoria, pensão e/ou comercialização de produtos não agrícolas.

A renda resultante da comercialização das hortaliças varia de R\$ 20,00 a R\$ 100,00/mês para cada mulher. Essa renda é destinada para atender as necessidades da família e não das mulheres. Assim, compram-se alimentos, materiais escolares e remédios. Mas, mesmo não adquirindo produtos ou serviços para satisfazer as suas próprias necessidades é perceptível a satisfação delas ter o poder, por exemplo, de pagar uma conta de luz com o dinheiro proveniente de seu trabalho. Mas, segundo destacaram Nobre et al. (2008), o fator econômico é apenas um elemento do empoderamento, contudo, também determina a autonomia sobre o exercício de sua cidadania e sobre seus desejos, dentre outros aspectos.

Perguntadas sobre seus sonhos e desejos, a maioria das mulheres respondeu que é a saúde, a paz e a melhoria financeira da família e não algo individual. No entanto, uma das camponesas confessou ter o sonho de ser violeira. Outra comentou sobre o desejo de casar legalmente, já que constituía apenas união estável. E três mulheres não quiseram se pronunciar sobre seus sonhos. Resultado semelhante a esse foi encontrado por Silva e Benevenuto (2009) em que as mulheres casadas revelaram que seus sonhos estavam ligados à melhoria da família, desde a estruturação da casa, a compra de automóveis, até a

saúde dos filhos, anulando-se como indivíduo dentro de seus lares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A horta orgânica comunitária da Vila Nova pode ser considerada um marco na constituição das relações sociais estabelecidas nessa comunidade, inclusive no tocante à perspectiva de gênero. Ela se tornou um espaço onde as mulheres podem expressar seus sentimentos, organizar-se politicamente e exercer suas vontades, desenvolvendo e aprimorando valores como a ajuda mútua, a reciprocidade e a solidariedade. Daí o fato da horta ter se transformado simbolicamente num divisor de águas na trajetória da comunidade.

O diálogo, o compartilhamento de ideias e opiniões, o apoio mútuo e a cumplicidade, permitiram o fortalecimento e estreitamento de laços efetivos e afetivos entre as mulheres, que melhoraram suas posturas e posições diante da comunidade e junto aos demais membros da família.

Apesar do acúmulo de atribuições, cujas atividades não ficam restritas ao âmbito doméstico, pois se estendem para o quintal da casa, para a roça, para os cuidados com os animais e mais recentemente, para a horta orgânica e para a associação, as mulheres ganharam autoconfiança, influência, informação, poder de voz e de ação na comunidade e na região. De uma experiência de sucesso, que no início só elas acreditavam, tomaram a direção da associação e hoje estão inseridas nas principais políticas públicas do Brasil. Trata-se sem dúvida de um processo crescente de empoderamento que tem dado reconhecimento e visibilidade às mulheres de Vila Nova. Contudo, percebe-se que o processo de empoderamento não ocorreu concomitantemente nas esferas pública e privada, pois ainda permanece imbricada a ideia de que o trabalho doméstico é um dever de toda dona de casa e o homem que trabalha na roça, não trabalha em casa. E, embora as relações com os companheiros tenha se tornado de modo geral mais harmoniosa, no que diz respeito à divisão do trabalho, isso não vem ocorrendo na mesma medida e velocidade em todas as famílias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Usos e abusos dos estudos de caso. *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 129, p. 637-651, set./dez. 2006.

BARBOSA, H. M. et al. **O (re)conhecimento das mulheres a partir da horta orgânica comunitária na Comunidade Vila Nova, Dormentes-PE**. Março, 2012 (mimeo).

CARLOTO, C. M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 3, n. 2. Jan/Jun 2001. Disponível em: <[http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v3n2\\_genero.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_genero.htm)>. Acesso em: 13 jul. 2017.

CORDEIRO, R. de L. M. Empoderamento e mudança das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. (Org.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. 2 ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010. p. 145-171.

COSTA, A. A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Paraná: Pacto Global CREA-PR, [200-]. Disponível em: <<http://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

ECKERT, C. **A sistematização de experiências: uma nova prática na EMATER/RS-ASCAR**. In: \_\_\_\_\_ (Coord.). *Sistematização de experiências, uma nova prática na EMATER/RS-ASCAR: apresentação das 10 experiências selecionadas no II Seminário Estadual de Sistematização de Experiências de 2004*. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2007. p. 15-29. (Realidade Rural, n. 49).

FERREIRA, A. B. de H. **Miniaurélio Século XXI Escolar: o minidicionário da língua portuguesa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, 790 p.

FREIRE, A. G. **Construindo conhecimentos a partir das práticas. Agriculturas: experiências em Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p.4-5, jul. 2006.

GUINDANI, J. F. **Perspectivas e desafios entre a dupla ruptura epistemológica e pesquisa participante**. *Revista Visão Global*, Joaçaba, v. 11, n. 1, p. 79-96, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/article/viewFile/491/235>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. MURAD, F. (trad.). *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HOROCHOVSKI, R. R.; MEIRELLES, G. **Problematizando o conceito de empoderamento**. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* Florianópolis: UFSC/NPMS, 2007. P. 485-506. Disponível em: <[http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo\\_horochovski\\_meirelles.pdf](http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf)>. Acesso em: 14 jul. 2017.

JARA, H.O. **Dilemas y desafíos de la sistematización de experiencias**. In: SEMINARIO ASOCAM – AGRICULTURA SOSTENIBLE CAMPESINA DE MONTAÑA, 2001, Cochabamba, Bolivia. Cochabamba: Intercooperation, 2001. (Presentación). Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/icap/unpan033278.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Para sistematizar experiências**. Tradução Maria Viviana V. Resende. 2. ed. Brasília: MMA, 2006. 128 p. (Série Monitoramento e Avaliação, 2)

LISBOA, T. K. **Empoderamento de mulheres e participação na gestão de políticas públicas**. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* Florianópolis: UFSC/NPMS, 2007. P. 640-652. Disponível em: <[http://www.sociologia.ufsc.br/npms/teresa\\_kleba\\_lisboa.pdf](http://www.sociologia.ufsc.br/npms/teresa_kleba_lisboa.pdf)>. Acesso em: 14 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 8: Corpo, Violência e Poder, 2008, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* Florianópolis: UFSC, 2008. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST11/Teresa\\_Kleba\\_Lisboa\\_11.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST11/Teresa_Kleba_Lisboa_11.pdf)>. Acesso em: 14 jul. 2017.

MACEDO FILHO, R.; REGINO, F. A. O empoderamento das mulheres do sertão: uma experiência de associativismo e desenvolvimento rural. [200-] (mimeo)

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**. v. 18, n. 1, p. 49-55, jan./abr., 2006a.

\_\_\_\_\_. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006b.

NOBRE, A. C. et al. Unidades agroecológicas de mulheres: empoderamento a partir da gestão. **Cadernos Feministas de Economia & Política**. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, n. 4, p. 23-38, 2008.

PACHECO, M. E. L. Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero. **Proposta**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 71, p. 30-38, dez./fev., 1997.

SANTOS, G.; BUARQUE, C. O que é Gênero? In: SANTOS, G. (Org.) **Gênero e desenvolvimento rural: manual de orientação para os agentes da reforma agrária**. [S. l.]: INCRA, 2002.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. DABAT, C. R.; ÁVILA, M. B. (trad.). Recife: SOS Corpo, 1991.

SILIPRANDI, E. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no meio rural. In: PETERSEN, P. (Org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 139-152.

SILVA, C. de D.; BENEVENUTO, M. A. del R. As relações de gênero na esfera doméstica: avanços e permanências. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA DOMÉSTICA, 20.; ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA DOMÉSTICA, 8.; ENCONTRO INERCONTINENTAL DE ECONOMIA DOMÉSTICA, 1., 2009, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza: UFC, 2009. Disponível em: <[http://www.xxcbcd.ufc.br/arqs/gt1/gt1\\_08.pdf](http://www.xxcbcd.ufc.br/arqs/gt1/gt1_08.pdf)>. Acesso em: 14 jul. 2017.

SILVA, C.; PORTELLA, A. P. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no Nordeste brasileiro. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. (Org.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. 2 ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010, p. 127-144.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático** DRP. COTRIM, D.; RAMOS, L. (Rev.) Brasília: MDA/ SAE, 2006. 62 p.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. GRASSI, D. (trad.). 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.

### COMO CITAR ESTE ARTIGO:

BEZERRA, Gustavo Jonnas Simões de Moraes; MATTOS, Jorge Luiz Schirmer de. Da invisibilidade ao protagonismo: as mulheres da comunidade Vila Nova, Dormentes-PE. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 5, n. 2, p. 210-224, 2017. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 05 Ago. 2017

Aceito em: 05 Set. 2017